

Associação de Classe dos Operários Manufactores de Calçado de Aveiro



MINISTÉRIO DO TRABALHO

E

PREVIDÊNCIA SOCIAL

—

DIRECÇÃO GERAL

DE

PREVIDÊNCIA SOCIAL

—

REPARTIÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE CLASSE

E

MUTUALISTAS

Para despacho em 2-9-20

Alvará nominativo  
em 12-XI-20

*Alvará*

Denominação: Associação de Classe dos  
Operários Manipuladores de  
Calçado de Oliveira

Processo n.º 974 Caixa n.º

## DOCUMENTOS RELATIVOS Á APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS


Entrada L.º 1 N.º 1266

Alvará de 13 de Novembro de 1920

Registo a fl. 185 do L.º 5

Diário do Governo, 2.ª série, n.º 258 de 18 de Novembro de 1920

*Indicações a*  
*M. F. Pereira* (d.)  
*Bairns)* para encerrar  
contas designadas,

A circular postmark from São Paulo, Brazil, dated 1907. The center contains the year "1907". The outer ring reads "SÃO PAULO" at the top and "15 CENTAVOS" at the bottom. The entire mark is enclosed in an ornate, floral-patterned border.

**INSTITUTO DE SEGUROS SOCIAIS**  
**DIRECCAO-MUTUALIDADE LIVRE**

ENTRADA  
-6 JUL 1920  
A

Yours Love

L. N. 1266 PROC.

L.<sup>o</sup> N.<sup>o</sup> 1266 Proc.<sup>o</sup> —  
Abaixo assinados Constituídos em  
Comissão Organizadora da Associação de  
Classe dos Operários e Manufactores de Cal-  
çado de Faveiro pedem a V.<sup>h</sup> Ex.<sup>a</sup> se  
digne aprovar os estatutos porque  
pretende regirse a referida asso-  
ciação

E. R. Tapermont

Aveiro 30 de Maio de 1920

(A) Hermenegildo Duarte  
Manoel Rodrigues da Graça  
Jose Maria Carvalho



MINISTÉRIO

DO

## TRABALHO

Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios  
e de Previdência Geral

7.<sup>a</sup> Direcção de Serviços  
(Mutualidade Livre e Associações Profissionais)



N.<sup>o</sup> 153

Livro ..... 97.<sup>o</sup>

Paga-se que na resposta se indiquem  
os números supra.

*Serviço da República*

*Enviado  
3/9/1920 / Almeida*

*Ex.<sup>ma</sup> Sr.*

### Assunto

Parecer sobre a constituição da Associação de Classe dos Operarios Manufactores de Calçado de Aveiro.

Alguns individuos, constituidos em comissão organizado-  
ra da Associação de Classe dos Operarios Manufactores de Cal-  
cado de Aveiro pedem a aprovação dos estatutos porque esta  
ha-de reger-se.

Não existe nenhuma outra associação com igual titulo e  
o processo está organizado nos termos legais.

Verificado que os estatutos estão redigidos em harmo-  
nia com as disposições exaradas no decreto de 9 de Maio de  
1891, esta Direcção é de parecer que pode ser deferido o pe-  
dido da mencionada comissão, dando-se constituição legal á  
Associação de Classe dos Operarios Manufactores de Calçado  
de Aveiro.

V.Exa., porem, resolverá como julgar melhor.

Direcção da Mutualidade Livre e das Associações Proficinais, em 2 de  
Setembro de 1920.

O DIRECTOR

*Agostinho*

Minutado por

Governador Civil de

A V E I R O

332

Tendo uma comissão de individuos, composta de Her-  
menegildo Duarte, Manuel Rodrigues da Graça, e José Maria  
Carvalho, pedido aprovação dos estatutos da Associação  
de Classe dos Operarios Manufactores de Calçado de Avei-  
ro, venho rogar a V.Exa. se digne fazer saber a qualquer  
dos mencionados individuos que o processo não pode ter  
seguimento sem darem entrada neste Instituto selos fis-  
cais no valor de 4,50, para o alvará.

SAUDE E FRATERNIDADE

Instituto de Seguros Sociais Obrigatorios e de Previdencia Geral,  
em 3 de Novembro de 1920.

O ADMINISTRADOR GERAL



# *Estatutos da Associação de Classe dos Operarios Manufatores de Calçado.*

## *Capitulo 1.º*

### *Natureza e fins da Associação*

*Artigo 1.º Com a denominação de Associação de Classe dos Operarios Manufatores de Calçado e com indeterminado numero de individuos de ambos os sexos é fundada em Aveiro, onde terá a sua sede, uma Associação de Classe Manufatores de Calçado.*

*Art 2.º Esta Associação tem por fim o estudo e defesa dos interesses profissionais, economicos ou comuns aos seus socios.*

*§ unico - A fim de facilitar os interesses economicos ou comuns: crear-se-hão secções profissionais na sede da Associação nos pontos afastados da sede no respectivo Concelho.*

## *Capitulo 2.º*

*Art 3.º Todo o individuo maior segundo a lei civil ou naturalidade e menores com autorização de seus pais ou tutores que, mediante salario, exerça a profissão de manufator de calçado, pode fazer parte da Associação e n'ela ser admitido socio, desde que como tal se proponha*

*§ unico. A proposta deve ser assinada por um ou mais socios no gozo dos seus direitos.*

Art 4.º Todo o socio tem por dever:

- a) assistir a todas as sessões da assembleia geral e tomar parte nos seus trabalhos;
- b) Respeitar e cumprir as disposições dos estatutos e regulamentos da associação e bem assim as resoluções legais da assembleia geral;
- c) Pagar a cota semanal de cinco centavos;
- d) Servir gratuitamente os cargos para que for eleito ou nomeado;
- e) Dirigir aos corpos gerentes ou mesa da assembleia geral todas as informações ou indicações uteis de que tiver conhecimento.

Art 5.º Por motivo de doença ou falta de trabalho e durante um lapso de tempo não inferior a 8 dias poderá o socio que assim o reclame, ser dispensado de pagamento, das cotas enquanto durar qualquer d'aqueles factos.

Da mesma forma poderá ser dispensado de pagamento, o socio que estiver cumprindo o serviço militar.

Art 6.º Todo o socio tem direito.

- a) A votar, e ser votado para os cargos da Associação, desde que não esteja nas circumstancias do § unico do art 7.º do decreto 9 de Maio de 1891 e a disposição do art. 20 d'estes estatutos.
- b) A promover de accordo com a direcção, palestras e conferencias sobre assumptos da classe e respectivo in =



dustria ou que interessam a uma ou outra;

c) A fiscalizar os actos dos corpos gerentes por meio do exame da escripta e documentos;

d) A pedir a convocação extraordinaria da assembleia geral, para determinado objecto, por meio de declaração assinada por elle e mais quatro socios pelo menos, e reclamar o auxilio e intervenção da assembleia em tudo que for justo e razoavel.

Art 7.º Todo o socio fica sujeito a ser excluido da Associação no caso:

a) De destruir ou extraviar qualquer objecto da Associação;

b) De receber ou pretender receber illegitimamente qualquer quantias ou valores da Associação;

c) De provocar desordens ou tumultos d'entro da Associação;

d) De dever mais cotas sem motivo havido por justificado;

e) De se tornar patrão ou mestre.

§ unico = A exclusão sera ordenada pela assembleia geral em vista da exposição motivada, apresentada pela direcção, tendo esta nos quatro primeiros casos ouvido previamente o interessado.

### Capitulo 3.º

#### Da assembleia Geral

Art 8.º Todos os poderes da Associação residem na

Assembleia geral dos seus membros, a qual compete superintender e providenciar sobre a administração da mesma Associação, interpretar os seus estatutos e regulamentos, eleger a mesa e os corpos gerentes e nomear uma comissão revisora de contas e quaesquer outra comissão.

Art 9 Convocada a assembleia geral, esta constitui-se e funciona validamente d'esde que estejam reunidos 21 socios no pleno gozo dos seus direitos. E não se reunindo, far-se-ha nova convocação, funcionando depois a assembleia com qualquer numero.

§ unico - Qualquer convocação da assembleia geral deverá ser feita no prazo de 8 dias pelo menos.

Art 10 A mesa da assembleia geral compoe-se de um presidente escolhido em cada sessão; de um primeiro e segundo secretarios, eleitos por um anno, cumprindo ao presidente prover o bom andamento dos trabalhos da assembleia.

Art 11 - A assembleia geral terá em cada anno duas reuniões ordinarias uma em cada um dos primeiros dias de Janeiro para lhe ser apresentado o relatório e e contas da gerencia do anno findo e para nomear a comissão revisora de contas; e outra dias depois para a discussão e votação do relatório e contas procedendo-se tambem a eleição dos novos corpos gerentes e secre-



tarifas da mera.

Art 12 As eleições serão feitas por escrutínio secreto; as demais votações serão nomináveis ou d'outro modo em uso, segundo for resolvido na respectiva reunião.

§ unico - resultado das eleições apura-se por maioria relativa no segundo.

Na eventualidade de empate será preferido o socio indicado pela assembleia.

#### Capitulo 4.º

##### Dos Corpos Gerentes

Art 13 Os corpos gerentes ~~são~~ representados por uma direcção que servirá durante um ano, e será composto de 7 mem-  
bros) um secretario, um secretario adjunto, um archivista,  
um tesoureiro, um tesoureiro adjunto, e dois vogaes) eleitos  
~~pela~~ assembleia geral sempre revogáveis.

Art 14.º A direcção compete geralmente a administração económica da associação e a execução das decisões da assembleia geral e especialmente incube-lhe:

- a) Resolver sobre as propostas para admissão de socios;
- b) Manter todos os direitos e garantias dos socios.
- c) Resolver sobre as reclamações a que se refere o

Art 5.º ou definir o seu objecto a assembleia geral.

- d) Formular, terminando que seja cada ano civil o relatório e contas da sua gerencia e apresentado imediatamente a assembleia geral;

f) Pedir á meza da assembleia geral a convocação extraordinaria d'esta, sempre que decisão d'algum negocio urgente assim o exija.

§ unico Das resoluções sobre o objeto da alinea a).  
cabe recurso para a assembleia geral.

Art 15.º A direcção reunir-se-á Ordinariamente uma vez por semana, sendo solidariamente responsavel de todos os seus atos e valores pertencentes a Associação.

### Capitulo 5.º

#### Dissolução e Liquidação

Art 17.º A associação dissolve-se por deliberação da assembleia geral, quando não possa satisfazer os seus encargos e cumprir os fins expressos nos presentes estatutos.

Art 18.º No caso de dissolução os corpos gerentes apresentarão á assembleia geral o inventario, balanço, e o relatório e contas da sua gerencia final; verificadas e aprovadas estes documentos, a assembleia nomeará d'entre os socios tres liquidarios, a quem logo entregará pelo dito inventario e balanço todos os documentos, livros papeis fundos e haveres da associação, cessando n'essa data o funcionamento da mesma.

Art 19 Os liquidarios compete representar a associação receber e pagar, fazer vendas, partilhar e distribuir os haveres liquidos, pelas outras associações de Classe



da industria existentes no Concelho.

## Capitulo 6.º

### Disposições Gerais

Art 20 Sendo-lhe interdita toda a discussão politica, a Associação não poderá aderir a qualquer partido ou organização politica, nem tomar parte em qualquer congresso d'essa natureza.

Nem a vez também que qualquer associado seja investido d'um mandato politico; não poderá exercer cargos na Associação.

Art 21.º Estes estatutos só podem ser alterados por deliberações regular da assembleia geral para esse efeito expressamente convocada; e as alterações só terão validade depois de haver sido aprovadas pelo governo.

A unica Assembleia de que trata este artigo não poderá funcionar senão com a maioria dos socios existentes.

Art 22.º Haverá os necessarios regulamentos, que entrarão em execução oito dias <sup>depois</sup> de aprovados pela Assembleia geral.

Art 23.º Em todas os casos omissos seguir-se-hão as praxes associativas geralmente aceites, procedendo-se sempre de harmonia com as disposições da lei que rege as associações de classe.

Dados do Governo da Republica, em 13 de Novembro de 1920

Em Lisboa em Lisboa de 1920

Governador Civil de

Aveiro  
~~Porto~~

350


Tenho a honra de enviar a V.Exa. os estatutos da Associação de Classe dos Operarios Manufactores de Calçado de Aveiro, e juntamente o alvará que os aprova, rogando se digne ordenar a entrega d'esses documentos á colectividade interessada, em troca do competente recibo.

SAUDE E FRATERNIDADE

Instituto de Seguros Sociais Obrigatorios e de Previdencia Geral,  
em 17 de Novembro de 1920.

O ADMINISTRADOR GERAL

Recebi da Direcção da Mutualidade Livre e das  
Associações Profissionais os estatutos e alvará que o  
aprovam da Associação de Classe dos Operários Manufactores  
de Calçado de Beiró

Lisboa, 19 de Novembro de 1970  
Jeronymo de Souza  


INSTITUTO NACIONAL DO TRABALHO E PREVIDENCIA

*Aveiro*

N.º.....

L.º.....

Proc. N.º.....

Roga-se que na resposta sejam indicados os números supra, a data e a Direcção dos Serviços.

SECÇÃO DO TRABALHO E CORPORAÇÕES

INFORMAÇÃO

*14-10-937*

Entre os processos existentes nesta Secção e relativos às associações de classe criadas ao abrigo do Decreto de 9 de Maio de 1891, encontra-se o da Associação de Classe dos Manufactores de Calçado de Aveiro criada por alvará de 13 de Novembro de 1920, e a cuja liquidação teria de se proceder nos termos do Decreto-lei N.º 23.050.

Verifica-se porém, em face das informações prestadas pelo Sr. Governador Civil de Aveiro que, á data da entrada em vigor daquele decreto, a associação já estava extinta.

Nestas condições, esta Secção entende que deve ser arquivado o respectivo processo.

SECÇÃO DO TRABALHO E CORPORAÇÕES, em 13 de OUTUBRO de 1937.

PARA DESPACHO

Em *15/10/1937*

O CHEFE DA SECÇÃO

*[Assinatura]*